



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 19 - Nº 349 - DE 15 A 29 DE NOVEMBRO DE 2007 - R\$ 2,00

A votação da CPMF: as massas não devem seguir os bandos burgueses em disputa.

A bandeira proletária é: nenhum imposto aos assalariados! Que só os capitalistas paguem!

Ocupação e luta na PUC-SP contra o Redesenho



Tendências bélicas mundiais se manifestam no Paquistão

Explorados não devem ser arrastados pelas disputas interburguesas

Com a explosão dos escândalos envolvendo o Presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), do principal partido da base aliada de Lula, os senadores não fazem outra coisa senão barganhar favores para evitar a cassação. Os ânimos dos opositoristas foram circunstancialmente contidos com a substituição de Renan por Tião Viana (PT).

O PT tocou como sanfona: absteve-se à espera da renúncia de Renan à presidência, depois atuou pela substituição, posicionou-se pela possível cassação e, agora, está voltado a defender a permanência do corrupto.

Quando tudo parecia caminhar para a cassação, o PMDB voltou à carga contra o PT e impôs as regras. Colocou na balança o voto do partido em favor da CPMF. A chantagem está posta. O PT precisa do PMDB e de votos da oposição (PSDB e DEM) para aprovar a continuidade da CPMF até 2011.

O PSDB, pai da CPMF, enfrentou divisões internas: governadores favoráveis e cúpula do partido contra. Os governadores José Serra e Aécio Neves (SP e MG) não puderam esconder a intenção favorável ao imposto. A não aprovação acarretaria dificuldades financeiras para seus estados e futuros problemas orçamentários, no caso de assumir a presidência da república. Ocorre que os governadores recebem parte desse imposto.

Fernando Henrique Cardoso, com lápis na mão, fez as contas do prejuízo maior para o partido: votar contra para reforçar o discurso opositorista ou votar a favor para ajudar na administração dos estados dos possíveis presidencialistas. Impossibilitar a continuidade da CPMF significaria sufocar o governo de Lula.

O governo Lula aproveitou as divisões internas do PSDB para enfraquecer a oposição do DEM. Inúmeras negociações foram feitas entre Guido Mantega e

Tasso Jereissati (presidente do PSDB) e governadores. Quando parecia tudo perdido, Lula assumiu o comando e fez concessões, contrariando posições anteriores de não modificar a decisão da Câmara Federal. Aceitou a redução gradativa da alíquota, isentou da CPMF os salários até R\$ 2.894,00, a apresentar em um mês um projeto de reforma tributária, elevar as despesas com a saúde em 24 bilhões em quatro anos e não aumentar o gasto anual com o funcionalismo além de 2,5%.

O PMDB aproveitou que Lula estava encurralado pelo PSDB e DEM para exigir novos cargos. Diante da aprovação na Comissão de Justiça do relatório do senador Jefferson Peres (PDT) pleiteando a cassação de Renan, o PMDB deu ultimato a Lula. Ou absolve Renan, ou não aprova a CPMF.

O problema voltou para a bancada petista: uns querem a cassação, outros aceitam a chantagem. Lula retoma as negociações e aceita as condições do PMDB. Renan aceita a renúncia à presidência do senado e o governo o defenderá.

As disputas interburguesas colocam o governo à mercê da política dos grandes partidos (PMDB e PSDB). A burguesia faz campanha demagógica de que a CPMF é o único imposto que atinge os ricos e os pobres. Os opositoristas do Congresso Nacional pretendiam ganhar apoio das classes médias e assalariados, que contestam esse imposto compulsório, mas voltaram atrás, aceitando as concessões de Lula.

Os capitalistas da indústria e do comércio preferem outro tipo de imposto que permita a fraude e descarregá-lo no preço das mercadorias. Não querem que o governo tenha o controle de sua movimentação financeira. O DEM e o PSDB procuram atrair as massas com a conversa de que estariam defendendo os interesses de todos e o crescimento econômico. A proposta de Lula de isen-

tar faixa até R\$ 2.894,00 serviu para se contrapor à manobra da oposição. Os impasses em torno da CPMF refletem as intensas disputas partidárias no aparato do Estado.

Os trabalhadores assistiram passivamente as negociações no Parlamento. O governo dirigiu-se à população pobre com o argumento de que sem a CPMF estariam comprometidos os programas assistenciais e verbas à saúde. A burocracia sindical ficou do lado do governo. O argumento de que dos 40 bilhões arrecadados pela CPMF somente 14% correspondem a contribuições dos assalariados serviu de base para a burocracia.

A classe operária não poderia ser arrastada pela divisão interburguesa e se colocar ou do lado do governo ou da oposição. Se se colocasse em defesa do imposto, estaria com o governo; se se colocasse pelo fim, estaria com o PSDB/DEM.

A resposta a essa armadilha está na bandeira: que só os capitalistas paguem impostos, nenhum imposto aos assalariados. Essa bandeira seria dirigida não só contra a CPMF mas contra todo tido de tributação imposta aos assalariados e pequenos e médios produtores. Os impostos são saques contra as massas e servem para o governo administrar o capitalismo contra a vida da maioria oprimida.

Governo procura se escorar em dados econômicos

Em meio aos atritos provocados pela resistência à aprovação da CPMF e as notícias de racionamento de gás, a Petrobrás anunciou a descoberta de uma reserva de grandes proporções. O campo Tupi representa um aumento de cerca de 50% nas reservas atuais. Ao mesmo tempo, o Conselho Nacional de Política Energética suspendeu o leilão, previsto para o final do mês, de 41 blocos dessa área petrolífera. As multinacionais questionaram a decisão.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

A Ministra Dilma Rousseff justificou que a suspensão do leilão não significa mudança de orientação governamental para posições estatizantes e que era preciso tomar pé da riqueza e das proporções da descoberta. Diante da possibilidade de se ter um campo petrolífero de proporções gigantescas, o governo Lula recebeu que o leilão pudesse ser considerado mais tarde uma levianidade. Por isso, correu a explicar que não

pretende afastar o capital externo.

Ocorre que o governo assumiu posições privatizantes e entreguistas. Privatizou a Ferrovia Norte, listou a malha rodoviária e encaminhou ao leilão mais de 271 blocos de petróleo. O recuo em relação à reserva Tupi foi considerado falta de clareza nas regras privatizantes. As multinacionais e setores nacionais a elas ligados questionam o zigue-zague governamental. A oscilação de Lula reflete as mais va-

riadas pressões das frações burguesas.

As massas têm diante de si a tarefa de empunhar suas reivindicações através de seus métodos próprios de luta, de forma absolutamente independente das frações burguesas que disputam entre si as fatias de seu Estado opressor, o que implica romperem com as direções governistas e patronais das organizações de massa, construindo suas frações revolucionárias e seu partido.

Dia da Consciência Negra

Viva a luta contra a opressão racial

Pobreza e miséria marcam a foga a população do Brasil de negros e brancos. São trabalhadores do campo e da cidade. As massas arcam com todo peso da produção e da exploração.

A imensa maioria dos negros vive a fome e toda sorte de opressão. Apenas uma pequena camada usufrui a condição de classe média, mas nem por isso escapa ao racismo. No passado colonial pré-capitalista, negros escravos; no presente capitalista, negros proletários. Continuamos escravos modernos – assalariados, desempregados, subempregados – a serviço da burguesia branca.

Quem faz distinção de cor e raça é o capital. As massas formam um todo miscigenado e de contínua miscigenação – manifestam extraordinária riqueza étnica integrada. A burguesia, sim, é uma classe social completamente branca, com alguns pontinhos negros, que mal se deixam enxergar. A classe média também é branca, deixa transparecer uma pequena faixa de negros. O acesso de negros nesta classe é recente. Precisou de gerações e gerações de negros - depois do fim do regime escravista – para que uma ultraminoria se transformasse em parte da pequena burguesia branca.

A burguesia necessitou criar a imagem de um Estado multiracial, de igualdade de direitos e de justiça. Mas a formalidade jurídica e a máscara política da democracia republicana não tiveram e não têm como esconder a brutal divisão de classe, a miséria da maioria e a discriminação imposta aos negros.

Negros e brancos pobres exibem o analfabetismo funcional, grande parcela dos alfabetizados não passa do ensino fundamental e poucos ingressam na universidade. As prisões estão abarrotadas de homens e mulheres que se refugiam no crime. Jovens são mortos como moscas nas favelas, cortiços e bairros pobres. Constante violência policial. Piores empregos, piores salários.

Os negros pobres são os mais oprimidos e espezinhados. Espelham as raízes sociais da origem escrava, que não foram eliminadas e que permaneceram na forma do sistema assalariado de exploração do trabalho.

Polítiques reformistas dizem que a situação dos trabalhadores e da juventude negros está melhorando e que poderá melhorar ainda mais. Querem que acreditemos que se trata apenas de fazer valer a democracia e aplicar “políticas afirmativas”. As tais “políticas afirmativas” não passam de migalhas para contentar a pequena camada de classe média negra – ingresso na universidade, nos meios de comunicação, nas profissões liberais etc.

A burguesia tem interesse econômico e social de que negros venham compor a classe média branca. Tem igualmente enorme interesse político em exibir os progressos da democracia multiracial capitalista. É bom acobertar o quanto pode a polarização entre as massas negras oprimidas e a burguesia branca. Não foi o que se praticou nos Estados Unidos? Vemos quanto os negros pobres continuam esmagados nos guetos! No Brasil, continuaremos nas favelas!

É preciso demonstrar e criticar os paliativos dos governos. Fortalecer a classe média com a presença de negros não resolverá a opressão de classe e racial sobre a maioria. Ao contrário, via de regra a classe média serve à política de classe da burguesia.

É verdade que setores burgueses e de classe média reacionários sequer admitem medidas condizentes com a política de ações afirmativas. Alegam que o país será dividido entre brancos e negros. A divisão existe, mas se assenta na divisão de classe, que se polariza entre capitalistas e proletários. Medidas de ação afirmativa não fazem senão explicitar politicamente as discriminações e mostrar a impossibilidade da burguesia de eliminá-las.

A luta contra a opressão racial não pode ficar circunscrita a camadas da classe média. A bandeira de fim das discriminações está nas mãos do reformismo pequeno burguês, que conflui em última instância com a política burguesa de dominação. É preciso que a classe operária a empunhe e demonstre para a maioria o quanto temos sido enganados. O fim de toda opressão contra a população negra depende da emancipação da classe operária frente ao poder burguês. A consciência negra deve ser consciência de classe, proletária, revolucionária, anticapitalista.

Nossas reivindicações devem vir e se dirigir às massas sofridas. Fim do desemprego e subemprego que atingem trabalhadores negros e brancos - escala móvel das horas de trabalho Fim do salário de fome - salário mínimo vital de 2500,00. Trabalho igual, salário igual – fim das discriminações. Escola a todos em todos os níveis - escola pública e gratuita com acesso direto, jornada máxima de 4 horas e o restante para estudo. Saúde igual e universal – sistema único, público e gratuito.

Por meio da organização independente e da luta direta coletiva arrancaremos as reivindicações da burguesia e marcharemos para derrubar o sistema capitalista, fonte de toda forma de opressão e tragédia humana. A raiz do escravismo será arrancada pela revolução social e pela sociedade socialista.

Viva a luta da classe operária pelo fim da exploração e discriminações raciais!

Rondônia

Construção das hidrelétricas e ambição pela garimpagem no Rio Madeira

A extração de ouro de forma mais intensa no Rio Madeira teve seu início na década de 70, atraindo milhares de pessoas de todo país e estrangeiros. A extração era feita de forma artesanal sem tantos prejuízos à natureza, os equipamentos eram enxadas, picaretas, pás, cuias, bateias etc., nas praias do rio e para selecionar o ouro dos outros minerais sem a utilização do mercúrio.

A partir de 1979, os garimpeiros começaram a utilizar balsas e alguns maquinários. A garimpagem passou a ser através de mergulho e a seleção do ouro e de outros minérios também continuou de forma manual sem utilização de mercúrio. No início da década de 80, deu início a separação do ouro e de outros minérios com utilização do mercúrio.

Garimpeiros do rio Madeira ganham as ruas na defesa da sobrevivência

No dia 29/11, a Polícia Federal com toda sua fúria realizou a operação Iara em Porto Velho para combater, segundo eles, o garimpo ilegal de ouro do Rio Madeira, resultando na prisão de 22 garim-

peiros e vários equipamentos. Esta operação foi realizada depois que Furnas fez um levantamento de que ainda existem 115 dragas de grande porte no rio extraíndo ouro o ano inteiro e mais 165 de pequeno porte que só extraem no período de estiagem.

De acordo com os próprios garimpeiros mais de cinco mil famílias vivem da extração do ouro e só vão parar com os protestos quando tiverem alguma posição do governo federal em benefício deles.

No início da década 80, as balsas foram substituídas por dragas que possuem uma tecnologia mais sofisticada para a extração do minério e os proprietários eram os grandes e médios capitalistas. Com isso, os donos de balsas que eram pessoas mais pobres venderam suas balsas e foram trabalhar para os donos de dragas.

Até no início dos anos 90, o garimpo do rio Madeira em Porto Velho, capital do estado de Rondônia, estava em funcionamento acelerado. Em meados dessa década, com a escassez do ouro, o governo estadual e federal determinaram o fechamento do garimpo por completo

alegando a “ilegalidade do garimpo e problemas ambientais”, fazendo com que fossem retiradas as dragas. A maioria saiu e outras continuaram e se distanciaram da cidade de Porto Velho, diminuíram o tamanho das dragas e o garimpo continuou “clandestino” com um número reduzido em relação ao que era antes.

Agora, às vésperas de início das construções das hidrelétricas, vem mais um golpe contra aqueles que tiram o sustento para manter suas famílias através do trabalho quase artesanal da extração do ouro. Regiões inteiras serão inundadas.

Garimpeiros, ribeirinhos, indígenas e demais explorados, que terão suas terras inundadas pela construção das bargagens, devem se unir nesta luta em defesa de suas próprias vidas e varrer com esses abutres capitalistas e governos, que impõem medidas para destruir a vida das maiorias exploradas.

A luta pela propriedade coletiva da terra é o meio de assegurar o fim da exploração do trabalho dos garimpeiros e preservar a natureza.

Rondônia

Prefeito do PT/Roberto Sobrinho tira camelôs do centro de Porto Velho sob ação da polícia

Roberto Sobrinho, o “prefeito de todos” - que teve como slogan “Cidade de Todos” e “Porto Velho de Todos” como campanha eleitoral - retirou os camelôs do centro da capital e das praças que ficam nesta avenida, onde tem o maior fluxo do comércio local. A essa violência deu o nome de “Operação Limpeza”. Usou os argumentos de que se tratava de fiscalização dos artigos piratas (DVDs e CDs) e da liberação das calçadas para pedestres. Com 40 fiscais de vários órgãos da prefeitura, 30 policiais e o secretário municipal da fazenda, Wilson Correia, o prefeito arrancou os camelôs.

Camelôs e ambulantes são produtos do desemprego

Na época da campanha, Sobrinho passava nas bancas dos camelôs conversando, apertando a mão e dando tapinhas nas costas, pedindo apoio e chamando-os de companheiros. Andava nas periferias onde moram a maioria explorada e desempregada. Tudo para conquistar o voto e se eleger. Agora, com o poder nas mãos, Sobrinho usa o mesmo método dos políticos burgueses. O companheiro vira bandido, o camelô se transforma em contrabandista e a periferia um lugar perigoso. Sobrinho, como todo político burguês, governa para os

capitalistas. Os comerciantes exigem a retirada dos camelôs e a prefeitura cumpre.

Os vendedores ambulantes e camelôs devem responder a ação repressiva do prefeito com seus próprios métodos: as manifestações, ocupação e bloqueio de ruas. O prefeito não dá emprego a todos e não resta outra alternativa senão se transformar em camelôs.

A bandeira de emprego a todos os desempregados, garantia do salário necessário para a sobrevivência da família e defesa de todos os direitos trabalhistas é a única via para garantir o trabalho dos camelôs. Os ambulantes e camelôs são produto do desemprego e da miséria.

Ocupação da Reitoria da PUC/SP

Em 5/11, os estudantes que assistiam a Audiência Pública de apresentação da “reforma” institucional da Pontifícia Universidade Católica saíram do TUCA e decidiram ocupar a Reitoria. Com essa medida, denunciavam o “Redesenho” de rearranjo mercantilista e o processo autoritário-burocrático.

No dia seguinte, a Reitoria exigiu que os estudantes suspendessem a ocupação com a promessa de não punir e discutir as reivindicações, que entre outras pleiteavam bolsas de estudo para inadimplentes.

A Associação de Professores (Apropuc) e a de Funcionários (Afapuc) consideraram justas as críticas e as reivindicações. Iniciaram campanha para que os estudantes fossem ouvidos e não houvesse nenhuma repressão.

No dia 7/11, a Reitoria obtinha a liminar de reintegração. A Apropuc e Afapuc reivindicaram abertura de negociação e que não se usasse da Justiça e da força policial.

Na noite de 8/11, a Reitoria manobrou com a proposta das Associações de se constituir uma mesa de discussão das reivindicações. A assembléia da ocupação discutia a pauta de reivindicação e expressou a divergência de se deveria constituir uma comissão naquela assembléia ou não – não havia divergência quanto a se reunir com a Reitoria.

Na madrugada de sábado, 10/11, a tropa de choque, com mais de 200 homens, para cerca de 100 estudantes, entrou na universidade. Os estudantes mantiveram acampamento em frente à Reitoria, protegida pela tropa de choque.

Na segunda, 12/11, cerca de 800 estudantes, com presença de pequeno grupo de professores e funcionários, realizaram uma passeata interna à universidade. A Apropuc divulgou o manifesto “Tropa de Choque na PUC – Falência Política e Moral da Reitoria”. Em assembléia, os estudantes aprovaram greve de 48 horas. Na terça, pararam alguns cursos, principalmente em jornalismo e serviço social. Na quarta, não houve paralisação e à noite se realizou uma reunião para deliberar sobre a continuidade da luta. Na sexta, 16/11, a reunião aprovou constituir o comitê con-

tra a criminalização do movimento e a repressão.

Reforma institucional

Redesenho foi o nome de batismo dado à remodelação institucional da PUC. Em síntese, objetiva enxugar gastos, impor uma administração altamente centralizada e implantar recursos de gestão empresarial. Principal consequência: demissões, tudo indica principalmente de funcionários.

Montou-se uma comissão (CORE) formada de burocratas acadêmicos. A Reitoria apresentou uma versão, que atingiu interesses corporativos de parcela da burocracia. Outras duas propostas foram montadas: a do Centro de Educação e de Economia. Não são distintos na essência, apenas acomodam os interesses de uns e de outros.

Essa reforma dá continuidade às medidas tomadas a partir da crise de 2005, quando o déficit financeiro alegado serviu de motivo para a Fundação São Paulo tomar as rédeas da administração e tornar a Reitoria apenas um agente político. Rompeu-se o acordo trabalhista com o aumento da jornada de trabalho dos docentes (“Maximização”). Entre funcionários e professores, foram demitidos cerca de mil. Em seguida, a Fundação denunciou o acordo interno com as Associações, eliminando total ou parcialmente direitos trabalhistas. Estabeleceram-se novos parâmetros para funcionamento e abertura de sala de aula e funcionamento de curso. Avançaram as reformas curriculares, que reduziram a duração de cursos, aligeiraram as disciplinas e instituíram a carga horária de ensino a distância.

A essas medidas de precarização do ensino e de exploração do trabalho se denominou mercantilização da PUC, que é propriedade da Igreja. O objetivo é torná-la rentável.

Na crise de 2005, a maioria dos docentes compactuou com os ataques da Fundação/Reitoria e os funcionários ficaram isolados em sua luta parcial. Os estudantes encabeçaram um movimento, mas não contaram com apoio dos docentes e o apoio dos funcionários foi débil. A Apropuc ficou encurralada em

sua posição de luta contra as demissões, com a burocracia e direitistas atacando-a por participar da organização da Assembléia Universitária.

Os estudantes decretaram a greve, que foi parcial no primeiro dia e já no segundo não se sustentava. A inércia dos docentes e, em certa medida, dos funcionários e a abrangência limitada do movimento estudantil impossibilitaram derrotar a ofensiva da maximização e demissões em massa.

A Fundação, escorada pelo Ministério Público, ocupou a universidade e passou a administrá-la rumo à mercantilização.

Os estudantes, ainda sob o emboço da luta, chegaram a ocupar um centro administrativo (CETAL) exigindo bolsas aos inadimplentes. Mas já não havia força de mobilização. A universidade voltava à normalidade e a Fundação/Reitoria estavam com as mãos livres para operar novas mudanças.

É nesse quadro que se desenvolve a reforma institucional. A tarefa que se colocava era a de desenvolver a resistência às medidas mercantilistas e organizar a defesa das reivindicações.

A ocupação

A Reitoria e burocratas aproveitaram a passividade dos docentes e o refluxo do movimento estudantil para elaborar nos gabinetes a reforma institucional. Esperavam não ocorrer nenhuma resistência fora do âmbito das disputas corporativistas.

De fato, durante todo o andamento de confecção, apresentação das propostas e de discussão nas cúpulas da universidade, o movimento estudantil não conseguiu se organizar e travar um combate aberto. A Apropuc estava totalmente isolada, fruto de suas posições contrárias às demissões e toda política intervencionista da Fundação. Chamou uma reunião com a Afapuc e Centros Acadêmicos para articular ações. A maioria dos Centros e a Afapuc compareceram e aprovaram realizar mobilizações independentes do calendário da Reitoria, a começar por uma Assembléia Geral. Na reunião seguinte de convocação, apenas um Centro Acadêmico compare-

ceu e assim se esvaziou o intento organizativo.

Não havendo uma força independente contraposta, que só poderia ser encabeçada pelo movimento estudantil, a Reitoria e a Core decidiram fechar com um laçinho o processo de discussão interburocracia, na tal da Audiência Pública. Assim, no dia 12 de dezembro se votaria o Redesenho no Conselho Universitário e tudo pareceria com a melhor das democracias.

Os descontentamentos estudantis, que não foram anteriormente traduzidos em campanhas de claras bandeiras e ações de resistência no seio da maioria, concluíram com a ocupação. O fato de não ter sido parte de mobilizações preparatórias expressou decisão isolada da vanguarda organizada e combativa.

Como não se verificou tendências de luta durante todo o ano e pouco se trabalhou politicamente para incentivá-las no segundo semestre (campanhas, reuniões, assembléias, manifestações), a ocupação teria de construir o movimento. Trouxe para as mobilizações o curso de jornalismo, que contou com apoio dos professores, a partir do departamento, e parcela dos demais cursos, inclusive de direito. Mas o apoio estudantil não se massificou.

Os ocupantes montaram uma trincheira defendida por uma minoria ativa. Era preciso avançar com grandes manifestações e com uma greve, o que foi impossível porque a maioria não se mexeu a favor. Dentro dessa maioria, há que se distinguir uma parcela conservadora e até reacionária significativa, que ficou neutra. Uma boa parcela mobilizável não tinha claro o que era o Redesenho e apenas simpatizou com a ocupação. Esse contingente era fundamental para potenciar a ocupação e torná-la capaz de demover a inflexibilidade da Fundação/Reitoria.

Apesar da assembléia concorrida de terça-feira (6/11), ficou visível para a Reitoria que o movimento não ganharia apoio massivo e que poderia usar medidas até então afastadas dos conflitos da PUC (várias foram as ocupações), como a de recorrer à reintegração judicial e policial. Já não mais interessava a democracia manejada pela burocracia e as aparências de autonomia universitária frente a poderes externos. O policiamen-



to interno pelos seguranças (Graber) há tempo vem recrudescendo. Portanto, não se tratava de discutir, receber reivindicações, montar mesa de negociação etc e encontrar solução interna, como era tradição.

A crise de 2005 levou a uma ruptura no seio da PUC, condição para implantar medidas administrativas, trabalhistas e acadêmicas violentas. A greve estudantil de dois anos atrás e agora a ocupação expressaram a ruptura pela via da resistência à mercantilização, sem que pudessem ganhar posição de força em favor da única saída progressiva possível, que é a transformação da PUC em universidade pública e gratuita.

Enfrentar a investida repressiva

O uso da tropa de choque demonstrou que o movimento social está diante de um poder disposto a impor as mudanças a qualquer preço. Três estudantes foram citados na liminar de reintegração, os ocupantes foram identificados para posterior processo de responsabilidade de danos patrimoniais e professores da Apropuc estão ameaçados de investigação administrativa.

A reunião aberta da Apropuc de 14/11 foi sintomática. Representantes de setores da burocracia compareceram para condenar as posições da Apropuc, acusaram de aparelhamento partidário, citaram as publicações (Revista, editoriais do PUCViVA) como veículo esquerdista e defenderam a renúncia da diretoria. Não faltaram acusações de que a ocupação era promovida por forças estranhas à universidade e que foi planejada como parte das ocupações nas federais em resposta ao Reuni.

Tudo indica que a reação contra-atacará com uma ofensiva política de quebra da organização independente, perseguição das correntes, caça às direções e processos administrativos/judici-

ais. O final de ano que se aproxima é perigoso. Um refluxo favorecerá a política mercantil-repressiva da Fundação/Reitoria.

A situação exige um bom trabalho unitário entre as massas estudantis e nos demais setores em defesa da democracia e autonomia universitárias e contra os ataques repressivos.

Lições necessárias

A ocupação faz parte do método da ação direta. Tem de expressar a luta de massa. A vanguarda dirigente deve evitar ações à parte. Se as condições são de refluxo, trata-se de fazer o trabalho paciente de propaganda e organização, preparando para o momento de agitação e manifestação da ação direta sob claras bandeiras.

A clareza política e a precisão das reivindicações são fundamentais para a direção conduzir com segurança a luta contra o inimigo. Ações precipitadas e isoladas podem ser prejudiciais para o próximo embate e podem facilitar a repressão.

A vanguarda não cria ações e reivindicações, apenas as encarna como vontade e tendência de luta das massas. Como consciência avançada, aplica o método da luta de classe. Analisa as tendências de luta, o ânimo de importante parcela e a correlação de forças. Extrai as reivindicações da situação objetiva, as desenvolve no seio da camada mais disposta à mobilização e procura estendê-las à maioria.

A ocupação só pode ser defendida por uma grande parcela das massas. Cabe à direção avaliar se a ocupação é usada como uma tática momentânea de denúncia e acúmulo de força, portanto poderá ser suspensa antes do confronto com a polícia, e para isso os participantes devem ter clareza do que estão fazendo, ou se está expressando a radicalização da luta de uma grande parcela das massas, neste caso deve ser sustentada de acordo com a evolução do movimento de massa.

A radicalização da vanguarda sem as massas em luta é mais provável que não cumpra sua função, sempre deve expressar tendências de luta de grandes contingentes. A possibilidade de greve e grandes mobilizações de massa indicam a força da ocupação e sua justeza para o movimento.

É preciso que a vanguarda combativa, corajosa e abnegada do movimento estudantil assimile o método marxista-leninista-trotskyista de trabalho no seio da pequena burguesia. Para isso, são imprescindíveis o programa proletário e a construção do partido revolucio-

nário.

A luta de classe e o partido são nossas escolas, aprendemos a atuar no seio das massas, assimilamos as lições e fortalecemos o combate pela revolução proletária. O trabalho político no seio da juventude – parte está na universidade –

objetiva trazê-la para o lado da classe operária e colocá-la sob a direção de seu partido-programa.

Fora a tropa de choque da universidade!

Viva a ocupação estudantil!

Lutemos contra a repressão!

Ocupação da Reitoria defende democracia universitária

1. A audiência pública sobre projetos de “redesenho” da PUC evidenciou a farsa democrática com que a Reitoria maneja todo processo. Montou-se a exposição de três propostas construídas no interior da cúpula burocrática. A casta que controla as instâncias da Universidade procurou dar ares de diferenças e debate. A Reitoria apresentou seu esquema e os burocratas constituíram outras duas versões, como se fossem tão diferentes. A audiência consagraria a democracia das catacumbas, com uma apresentação formal e um debate formal. Em seguida, no dia 12 de dezembro, o Conselho Universitário, que é controlado pela mesma burocracia, aprovaria o redesenho. Provavelmente, venceria o esquema da reitoria, com possibilidade de se incorporar parte dos dois outros projetos. Entretanto, os estudantes que não foram chamados a ouvir formalmente a “proposta” da reitoria e congêneres, como aconteceu com professores e funcionários, diga-se de passagem, setorialmente isolados, ocuparam a Reitoria e assim puseram à luz do dia a farsa democrática da burocracia. A ocupação expressa genuína defesa da democracia universitária.

2. A Reitoria acusa os estudantes que ocuparam seu santuário de praticar violência e quebrar a legalidade. Ameaça o movimento com uso da força policial. Pode ser que enfrentemos a quebra de uma conquista da PUC, que é de rejeitar a invasão policial do campus. Os estudantes fizeram uso da força social com a tomada física do local. Não restava a nós alternativa diante da farsa democrática em torno do redesenho. A exclusão da maioria social das discussões e decisões, a segmentação corporativista de professores e funcionários e o controle burocrático de cúpula a todo processo violaram a democracia universitária. Está aí a causa

do descontentamento e o motivo principal das reivindicações dos estudantes. A ocupação diz: “Não queremos ser enganados”. A Universidade, em primeiro lugar, deve expressar socialmente os estudantes. Somos a maioria e a principal força viva das transformações na educação, como parte do movimento geral dos trabalhadores. A burocracia quer modificar a estrutura da PUC no sentido de adaptá-la ao sistema de ensino mercantil dominante. Por isso, tem de desconhecer a massa estudantil e marginalizá-la das decisões. A maneira de eliminar o conflito – o “redesenho” dá prosseguimento à crise que levou à maximização, demissões e intervenção da Igreja, que retirou poderes da Reitoria – é montar uma democracia especial da burocracia, em que tudo é conduzido nos bastidores e por negociatas. Isso constitui uma força contra a maioria, é uma violência, viola a democracia universitária. Nossa ocupação é um ato de força contra o ato de força da burocracia. É uma resposta democrática.

3. O “redesenho” é uma imposição externa. Faz parte da TAC, no qual a Igreja se apóia para que se “enxugue” a PUC, não importa a que custo trabalhista e educacional. Os argumentos de torná-la mais ágil, mais eficaz e mais afeita à modernidade educacional não se sustentam. O que se pretende é torná-la lucrativa. O redesenho engloba reformas e medidas do tipo gestão empresarial que vêm sendo implantadas desde a crise de 2005, como maximização, rompimento do acordo interno trabalhista, implantação de faixas salariais diferenciadas para trabalho igual, precarização contratual, critério de salas lotadas, redução de turno, extinção de disciplina, reforma curricular, implantação do ensino a distância, redução de bolsas, expulsão dos inadimplentes etc. A acomodação dos professores diante desse ataque às condi-

ções de trabalho e ensino tem permitido a Fundação e Reitoria avançar no sentido do “redesenho”. Mas os estudantes têm se mobilizado, ocupando inclusive o lugar dos professores. E por quê? Porque tais medidas e reformas desfiguram ainda mais o ensino na PUC e a colocam no leito comum da FMU, UNIP etc. Toda história de criar instituto, remodelar área do saber, flexibilizar a vida acadêmica e por aí afora é construída para esconder o ajuste das peças do plano de gestão empresarial e da orientação mercantilista. O redesenho objetiva esse ajuste. Os estudantes arcarão com as maiores consequências do conteúdo do TAC. O movimento estudantil ainda não ganhou plena consciência dessa realidade, mas sua vanguarda está lutando para que se conquiste a coesão da maioria contra a via mercantilista da educação. A nossa ocupação expressa essa necessidade.

4. Está colocada a defesa de um Congresso Universitário, representativo e democrático. É preciso que os três setores enfrentem a crise em toda sua extensão e particularidades. A resposta não parte de um “redesenho”, mas do caráter mercantil que tem sido desenhado para a PUC. A Reitoria convenceu o CONSUN que a crise financeira permanece. Obteve a continuidade da maximização. Está aí a evidência de que o redesenho é um instrumento voltado essencialmente à implantação de gestão empresarial. A ocupação reivindica a Reitoria que não se vote o “redesenho” em dezembro e que possibilite ampliar as discussões. Sabemos, no entanto, que não se trata somente de ampliar o processo. Nossa luta deve ser pela convocação de um Congresso Universitário. A luta pelo ensino público e estatização da PUC é a única saída que de fato se opõe à via mercantilista.

(06/11/2007)

Em defesa da Autonomia Universitária

**Não à tropa de choque na universidade
Que a Reitoria atenda as reivindicações dos
estudantes Ir para as salas de aula defender a
ocupação**

**Organizar uma paralisação contra a
intervenção policial**

A liminar de reintegração de posse deverá ser acionada a qualquer momento. A tentativa da Apropuc e Afapuc de vencer a Reitoria de iniciar negociação com os estudantes fracassou. A comissão estudantil deixou claro que a Reitoria aceitou se reunir apenas como manobra. Não há verdadeira disposição de receber as reivindicações e atendê-las.

Desde o primeiro dia da ocupação, a Reitoria impôs a condição de suspendermos o movimento com a promessa de abrir negociação ou haveria repressão. De forma alguma poderíamos aceitar essa ameaça. O que todos devem saber é que a ocupação resultou do autoritarismo da burocracia universitária, que põe em prática os interesses da Fundação São Paulo. O Redesenho nada tem a ver com necessidade de ensino. É uma peça do plano mercantil, que vem sendo implantado como resposta à alegada crise financeira. Pretende-se uma estrutura empresarial, centralizadora e vertical.

Novas medidas contra o trabalho dos professores e funcionários virão. Os estudantes arcarão com as consequências da mercantilização. Está aí por que a ocupação está sendo tratada

com ódio e mãos de ferro pela Reitoria.

Já não há interesse político em manter a imagem de universidade democrática. O modelo empresarial de educação é incompatível com qualquer traço de democracia universitária. A PUC caminha no rumo da UNIP, FMU etc.

A utilização da tropa de choque contra a ocupação é a forma de golpear a resistência que vem de uma parcela dos estudantes organizados em torno dos Centros Acadêmicos. Há em todo o país ação repressiva contra as ocupações, por serem medidas de luta dos trabalhadores e da juventude. As desocupações das Federais pela tropa de choque, arma usada pelos estudantes para combater a reforma universitária de Lula, mostram o quanto é importante a defesa da autonomia universitária. A PUC poderá fazer parte da história das desocupações pela força policial, a não ser que consigamos ampliar o movimento interna e externamente.

A assembléia de hoje é decisiva. Deve-se voltar para dois pontos:

1. Organizar a defesa da ocupação, convocando os estudantes que ainda estão à margem do movimento a se mobilizarem, indo às salas de aula e dependências da PUC para chamar professores e funcionários a defenderem a autonomia universitária;
2. Organizar um dia de paralisação da universidade para discutir as reivindicações e rechaçar as medidas policiais e repressivas da Reitoria.

(09/11/2007)

Ocupação mostra o caminho da luta Reitoria defende o Redesenho com a Tropa de Choque Paralisar a universidade para enterrar a mercantilização

A invasão da PUC na madrugada de sábado pela polícia militar foi resposta da Reitoria e Fundação (Igreja) à reivindicação dos estudantes de não se votar o Redesenho no dia 12 de dezembro.

Desde a primeira hora da ocupação, a Reitoria deixou claro que não discutiria as reivindicações. O movimento seria tratado como caso de polícia e de criminalização. Cumpriu seu objetivo: indicou nomes de estudantes a serem citados na liminar de reintegração e autorizou a ocupação policial. Para justificar a ação policial, usou a mentira de que a ocupação foi inspirada por gente de fora da PUC.

O nosso ato e assembléia de ontem (12/11) deram resposta à altura. Mostramos que os estudantes estão à frente da defesa da democracia e autonomia universitárias. A Reitoria e Fundação se socorreram do braço armado do Estado para defender suas medidas mercantilistas. Nós, estudantes, nos socorremos da ocupação, assembléia e manifestações coletivas. E agora nos socorremos do chamado à greve.

É preciso derrotar a política mercantilista e repressiva da Reitoria que serve à Fundação São Paulo. Diz que quer salvar a PUC da crise financeira, mas o que pretende é salvar a propriedade privada da universidade. Para isso, foram feitas há dois anos demissões em massa de professores e funcionários, aumentou-se a jornada de trabalho dos professores e impôs-se o critério de sala cheia de estudantes. O redesenho não é senão mais um passo nesse sentido. Os professores não reagiram em 2005 aos ataques

da Reitoria e à intervenção da Fundação. Mas os estudantes sim! Agora acontece o mesmo. Somos a força viva, somos quem pensa os problemas do ensino e quem atua coletivamente.

A luta contra a mercantilização da PUC tem um caminho a percorrer – deve chegar à tarefa de torná-la pública e gratuita. Não há outra solução correta e progressiva para a universidade privada senão a estatização sob o controle de quem estuda e trabalha. No fundo de nossa mobilização e da resposta policial-repressiva da Reitoria, está o problema da propriedade privada da Igreja e da universidade pública.

Para nosso movimento se desenvolver e fortalecer, teremos de indicar o caminho da estatização sem indenização da PUC. Não é possível nenhum Redesenho nas condições atuais e no âmbito privado que não leve à maior mercantilização do que já vigora.

A assembléia aprovou que temos de organizar um congresso universitário. Esse é o caminho. Um congresso representativo somente será alcançado derrotando as forças privatistas e reacionárias. Os estudantes devem engrossar nossas mobilizações que dão um passo contra essas forças.

Paremos a universidade!

Ampliemos a mobilização!

Defendamos a democracia e autonomia universitária! Barremos o Redesenho mercantilista!

Coloquemos em discussão o ensino público e gratuito!

(13/11/2007)

Tarefas do movimento

Nossa luta entra em uma nova etapa. É preciso manter organizados os que participaram ativamente e realizar um trabalho massivo de aproximação da maioria que ficou apoiando a ocupação à distância. A luta contra criminalização e perseguições será decisiva.

A ocupação da Reitoria e a desocupação pela tropa de choque deixaram claro que a remodelação mercantilista da PUC tem, de um lado, a resistência estudantil e, de outro, o ataque repressivo da burocracia universitária que serve à Fundação São Paulo (Igreja).

A crise de 2005 apenas abriu o processo de adaptação da PUC à ordem das “universidades” empresariais. O movimento estudantil respondeu com mobilização. A reação dos funcionários foi limitada. Os professores se submeteram. Assim, confirmou-se a intervenção da Fundação e a Reitoria se viu destituída de poder, passando a cumprir papel político de cumpridor do plano mercantilista. A Fundação se escorou no Ministério Público para justificar as novas medidas de ataque às relações de trabalho e às condições de ensino – o Resenho foi concebido como forma de reduzir a influência da burocracia, centralizar a administração, afastar os reflexos das lutas nas instâncias consideradas democráticas, como Conselho Universitário, e impor novos cortes trabalhistas, principalmente contra os funcionários. Por detrás desse processo, estão os bancos. Os credores ditam em última instância o curso mercantilista. A Reitoria passou a ter a função de aplicadora do plano.

A decisão da Fundação e Reitoria de pôr a tropa de choque contra os estudantes, sem que houvesse qualquer tentativa de considerar as reivindicações, demonstrou que o método buro-

crático e pseudo-democrático de processar as transformações se mostrou limitado frente a uma medida de força dos estudantes com a ocupação. Já não importa à Igreja a imagem de uma PUC “comunitária” e “democrática”. A sua propriedade deve ser recuperada financeiramente e passar a ser lucrativa, custe o que custar.

O uso da força extrema expressou uma ruptura radical com o passado desta universidade, ruptura iniciada com as demissões em massa há dois anos. A ocupação questionou o método burocrático e a aparência comunitária de resolver a crise.

Daqui em diante, o movimento estudantil passa a ter novas tarefas, que já estavam postas e que agora se evidenciam. Há tarefas imediatas e estratégicas.

São imediatas: *organizar um comitê contra a repressão social e política; realizar uma campanha contra a criminalização do movimento e punições seletivas; defender a autonomia universitária*. A assembléia de hoje deve formar o comitê; manter a campanha contra o redesenho e contra a expulsão dos alunos inadimplentes. Duas bandeiras devem nortear a campanha: *Nenhum redesenho burocrático-mercantil! Nenhum inadimplente expulso da PUC, bolsa de estudo! São estratégicas: Universidade pública e gratuita, estatização da PUC sem indenização, que a Igreja entregue seu patrimônio e que os bancos deixem de receber; pelo Congresso Universitário Democrático*.

Está colocado um trabalho unitário das direções e forças políticas em torno do objetivo de ampliar a base estudantil do movimento.

(14/11/2007)

Bahia

Reitor da UFBA usa a repressão policial para acabar com a ocupação da reitoria

Após 46 dias, os estudantes que ocupavam a reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA) foram reprimidos pela ação policial na desocupação, promovida a pedido do reitor Naomar Almeida em pleno feriado do dia 15 de novembro, por volta das sete horas da manhã. O reitor agiu de forma vil e traiçoeira, calculando junto com as forças de repressão o momento apropriado para desencadear a repressão contra os estudantes.

O pedido de reintegração foi concedido pela Justiça dias antes, mas como estava ocorrendo o III Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo (EBEM) nas dependências da reitoria, esperaram que o encontro acabasse, no final da tarde do dia 14 de novembro, para que no dia seguinte pela manhã pudessem cumprir a medida judicial. Cinco estudantes foram

presos.

Naomar Almeida tem sido o testa de ferro da política neoliberal do governo Lula da Silva para as universidades. É forte defensor da proposta Universidade Nova, base do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007. Tal decreto tem como conseqüências principais rebaixar cada vez mais o ensino superior às exigências do mercado capitalista, extinção da carreira docente, condiciona repasse de 20% dos recursos do orçamento do MEC para as universidades à adesão ao plano, fixa metas de desempenho que devem ser alcançadas pelas universidades, quebra com a relação entre pesquisa ensino, estabelece uma graduação de três anos rebaixada, cria a figura do professor equivalente,

flexibilizando a relação de trabalho entre docentes e instituições, com repercussões nos direitos e conquistas sociais.

Os estudantes que ocuparam a reitoria resistiram por 46 dias, mesmo diante do isolamento imposto pela direção atual do Diretório Central dos Estudantes, comandado pela corrente petista Articulação de Esquerda (PT), que fez inclusive campanha de desmoralização e desmobilização para colocar estudantes, professores e funcionários contra a ocupação.

O Partido Operário Revolucionário (POR) defendeu a ocupação. E trabalhou e trabalha pelo fim do REUNI e de toda reforma privatista do ensino. Levanta a bandeira de educação única, pública, gratuita e laica a todos. Fim de todos os mecanismos que impedem o direito e o acesso livre à universidade.

Por que lutar contra o Reuni

O programa de reestruturação e expansão das universidades federais chamado de Reuni, lançado pelo governo Lula/PT (Decreto nº 6096 de 24 abril/2007) é uma parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o chamado PAC da educação. O governo federal, com a desculpa de aumentar o número de vagas e expandir as IES e reduzir a evasão, lança o Reuni atrelando um aumento de até 20% no orçamento das entidades federais que aderirem ao seu projeto. O problema é que esse dinheiro só será liberado em 2011, além de depender da capacidade orçamentária e operacional do MEC.

O Reuni da UFC tem como eixo o aumento da relação professor/aluno de 1 para 18 (hoje a UFC tem uma média de 1 para 14) e a aprovação de 90% dos estudantes que ingressarem. O fato é que mesmo com o repasse de alguns recursos e contratando professores e servidores, o Reuni não será capaz de garantir uma expansão das universidades que garanta condições de ensino e pesquisa, uma vez que a expansão com o Reuni está voltada apenas ao ensino.

A forma como se aprovou o projeto do Reuni da UFC que mudará pelo menos 5 anos os rumos da nossa universidade não deixa dúvidas quanto ao caráter privatista que o governo Lula/PT e a Reitoria promovem ao usar de truculência com estudantes na aprovação de um projeto que segundo

eles é tão bom.

Por isso a CPE defende o rechaço ao Reuni na sua totalidade e denuncia a manobra da reitoria em tentar ratificar o projeto do Reuni na próxima reunião do Consuni, sem debate com a comunidade universitária e sem que essa tenha real poder de decisão (uma vez que no Consuni os asseclas do Reitor são maioria) sobre o famigerado projeto. Nada de aceitar que o conselho universitário decida em nome da comunidade. A comunidade universitária é quem deve dizer se aceita ou não a proposta de reestruturação feita pela reitoria e governos e quais são as reivindicações a serem exigidas dos governos.

Mobilização consegue possibilidade de derrotar o Reuni

Na manhã do dia 7/11, estudantes da UFC desocuparam a reitoria com a pauta de reivindicações atendida parcialmente pelo Reitor, em conversações intermediadas por intermédio do Ministério Público Federal (MPF).

Depois de 13 dias ocupados por conta da adesão no último consuni (19/10) ao Reuni (programa de reestruturação e expansão das universidades federais), os estudantes tinham como pauta de reivindicação: a) a revogação do último consuni, b) democracia na universidade, c) paridade já e d) contra a repressão cometi-

da pela segurança a mando do reitor.

Depois da pressão que os ocupantes fizeram, a reitoria deu um primeiro recuo ao aceitar negociar com os estudantes, Além disso, o mandato de reintegração de posse expedido a mando do reitor tinha sido retirado sendo pedido novamente quando os estudantes não aceitaram desocupar sem as suas reivindicações atendidas. Na última negociação com a reitoria, a pauta foi cumprida parcialmente, pois foi aceita uma audiência pública, será feito um ciclo de debates com o intuito de esclarecer a comunidade universitária e será submetida no próximo consuni 10/12 a ratificação ou não da decisão do consuni anterior depois de discutido nos centros e departamentos a adesão ao Reuni.

É importante colocar que, até o momento da desocupação, 13 universidades federais estavam ocupadas contra o Reuni, ignorando as direções governistas dos DCEs e a direção majoritária da UNE. O movimento estudantil mostra que está vivo e que pode derrotar governos, reitorias e direções pelegas.

A tarefa agora é discutir o Reuni com os estudantes e mostrar que modelo de universidade queremos, com a verdadeira autonomia garantida em assembleias com o voto universal garantindo o poder à maioria estudantil, que é o setor que pode cumprir o papel revolucionário de estabelecer a aliança operário-estudantil.

Rio Grande do Norte

Não ao autoritarismo da governadora nas escolas!

A situação da educação do RN, não é novidade, é de crise. A governadora Vilma de Faria (PSB), com o apoio do governo Lula (PT), vem a cada ano retirando verbas da educação e aplicando medidas que levam à destruição do ensino público. O quadro hoje é de salários baixos, falta de funcionários e professores, escolas caindo, alunos sem aulas com caixa d'água prestes a desabar, falta de merenda para o ensino médio, salas super-lotadas (60 alunos), estudantes sendo transportados em pau-de-arara, falta de pagamento dos transportes etc.

Contra tudo isso, os trabalhadores em educação foram levados a mais uma greve, com o apoio dos estudantes e a governadora respondeu com uma brutal repressão.

A reunião chamada pela Dired, onde a governadora enviou o secretário adjunto, tinha como objetivo claro impor aos trabalhadores os "200 dias letivos e as 800 horas-aula", pois mesmo diante das denúncias das condições em que se encontravam nossas escolas, este não quis fugir do seu eixo que era a repressão.

As escolas estão prestes a passar por mais uma eleição para direção de escola, e, diante da política de gestão democrática, pela qual os trabalhadores tanto lutaram, é tarefa de toda comunidade escolar lutar pela construção de uma escola autônoma, que tome

suas decisões em assembleia.

Não podemos colocar os pais e estudantes contra nossa luta. Trabalhar aos sábados, ou janeiro e fevereiro, é tirar o direito do estudante ter suas férias. E numa luta futura estes ficarão contra os que defendem a escola pública.

A Corrente Proletária faz uma crítica a nova direção regional do Sinte (PSTU/Conlutas), uma vez que esta estava informada da reunião e não se fez presente. Era necessário que nossa entidade de classe estivesse, já que o ponto a ser discutido era o não descumprimento do calendário imposto pelo governo, portanto o governo viria com uma posição repressiva, e de fato foi o que ocorreu.

Nesta assembleia devemos discutir uma posição conjunta buscando apoio dos estudantes e pais e tirarmos encaminhamentos de luta contra a imposição do calendário da governadora. Não podemos baixar a cabeça e aceitar, ou fazer de conta que cumprimos suas medidas autoritárias, pois isso facilitará a nossa derrota nos movimentos futuros. Já não podemos contar com a direção do Sinte estadual que está ligada ao governo.

Defender a escola pública é uma luta constante! Não podemos cruzar os braços! Pela unidade entre trabalhadores em educação, estudantes e pais! Derrotar a política autoritária de Vilma de Faria!

XXII CONGRESSO DA APEOESP:

Burocracia reafirma sua política de submissão ao governo

No início de novembro, realizou-se o XXII Congresso da Apeoesp, com 2.243 delegados. Mais uma vez, a burocracia (capitaneada pela Articulação Sindical/PT) garantiu sua hegemonia. Aprovou propostas que asseveram o atual imobilismo do movimento dos professores e que colaboram com os governos (estadual e federal) na aplicação de medidas reacionárias (retirada de direitos, piora das condições e relações de trabalho, aumento do desemprego e sucateamento dos serviços públicos). A Corrente Proletária na Educação participou defendendo a tese 5, opondo-se radicalmente à tese-guia.

Organização garante o controle da burocracia

Já quando da realização dos Encontros Regionais, que precedem o Congresso e onde são retirados os delegados para o mesmo, a burocracia sindical manipulou as atas para retirada de pré-delegados nas escolas; organizou levas de aposentados para votarem em sua tese, desrespeitando as regras que ela própria criou (cada 10 indicados elegem 1); restringiu o debate das teses a um tempo mínimo; utilizou a proporcionalidade cutista (pelo menos 10% de votos), dentre outras maracutaias. Tudo para conseguir a maioria dos delegados.

No congresso, a burocracia fez de tudo para evitar as discussões políticas. Os debates nos grupos foram reduzidos, havia rodízio de temas nos grupos, manteve o critério de corte (20% de votos para irem ao plenário), atrasos dos organizadores e locais diferentes que implicavam a espera de ônibus.

Prevaleceu a dinâmica distracionista e burocrática, que incluiu a presença do prefeito da cidade, mesas de debatedores para a defesa das posições do PT e plenárias com tempo determinado (esgotado o tempo valia o texto da tese-guia).

Aprovou-se a não discussão da situação política. E o congresso se resumiu a política Sindical, Educacional, Balanço, Políticas Permanentes, Estatuto e Plano de Lutas.

De maneira geral, a maior parte dos temas não puderam ser discutidos. O pouco que se discutiu de cada um deles não alterou a tese-guia, já que as (poucas) emendas das correntes de oposição não foram aprovadas.

Regimento engessou o congresso

O Regimento previa: a escolha de tese-guia (tese da Articulação); só 10 minutos para apresentação das teses; necessidade de obtenção de, no mínimo, 20% de votos para as propostas de emendas à tese-guia nos grupos; apenas 50 minutos de debate de cada tema nos grupos e 60 minutos nas plenárias; que os “casos omissos” (não discutidos e votados) seriam “resolvidos pela Comissão Organizadora do Congresso. Em resumo: a burocracia pretendia votar apenas alguns pontos, contando com o voto de cabresto, e o restante decidiria depois.

A única vitória da oposição no Regimento foi a separação do tema estatuto da tese-guia. Isso foi possível porque a corrente ArtNova/PT votou com a oposição, interessada no aparelho sindical. A proposta de criação de uma Secretaria de Finanças e Planejamento não atendia aos seus interesses. Por outro lado, a Articulação Sindical colocou alguns pontos estatutários no meio do texto da tese-guia. Certamente, utilizará desse recurso para dizer que foi aprovado.

PSTU não aprovou o plebiscito de desfiliação da CUT

No tema Política Sindical, o ponto mais polêmico era a proposta da tese da Oposição Alternativa de realização de um plebiscito sobre a desfiliação da

CUT. Os burocratas cutistas, como tinham a maioria, não precisaram de muito esforço para rejeitar o plebiscito.

A Corrente Proletária na Educação obteve a maioria dos votos no grupo 4 em favor de sua emenda contrária ao plebiscito e de defesa da fração revolucionária para derrotar a burocracia e conquistar os sindicatos/CUT para a luta. Divulgou uma Carta aos delegados “Sobre a Divisão da CUT” (publicada abaixo). O POR fez um encaminhamento de que a emenda fosse colocada também em discussão antes da votação do plebiscito, ficando a posição do PSTU (de plebiscito), da Articulação (defesa da CUT) e a do POR (de não divisão da CUT e constituição das frações revolucionárias). Mas a mesa rejeitou. E colocou em votação a proposta do PSTU e da Articulação, com o argumento de que a emenda do POR era de número 18 e que estava na emenda 1. Foi uma manobra para evitar que a resolução do POR fosse votada em contraposição a do PSTU e a da Articulação. Por isso, o POR se absteve e pediu declaração de voto, que pelo regimento era somente por escrito. Logo em seguida, a mesa encerrou a plenária porque o tempo previsto havia esgotado.

Outras duas propostas de emendas da Corrente Proletária não foram discutidas no plenário, apesar de ter conseguido os 20% nos grupos. Uma delas explicava o processo de estatização dos sindicatos, sobretudo da CUT, cuja burocracia integra o Estado burguês e, obviamente, faz da central uma correia de transmissão do governo Lula. Outra apontava justamente o erro da divisão do movimento operário a partir da criação de novas centrais sindicais, sem que haja um combate às burocracias.

Prevaleceu a política de cotas para negros e mulheres

No tema denominado “Políticas Permanentes”, a Articulação manteve a proposta de fragmentação do prole-

tariado, segmentando-o em negros, mulheres, homossexuais, aposentados etc. Essa visão não é obra só da Articulação e seus aliados (ArtNova/PT e Corrente Sindical Classista/PCdoB), mas também do PSTU. Este foi além dos burocratas ao defender a criação de uma Secretaria de Mulheres e GLBTT, que foi rejeitada. É importante assinalar que o PSTU, na questão das cotas, se coloca no terreno do reformismo.

Neste tema, a burocracia definiu só discutir o que tinha acordo e não o que era polêmico. Apenas uma emenda de crítica as cotas para as mulheres no sindicato pôde ser votada, mas reprovada.

A Corrente Proletária luta contra a opressão racial e da mulher como parte da luta de classe. Considera incorreto especificá-la como de gênero. As particularidades se traduzem em claras reivindicações que fazem parte do programa da classe operária. As cotas são recursos típicos da chamada política afirmativa. Os reformistas procuram desvincular a opressão racial e da mulher dos problemas gerais das massas oprimidas. Essa política é dirigida a atrair setores da classe média negra e feminina. É preciso que haja organização do movimento negro e das mulheres sob o programa da luta de classes.

PDE de Lula é aprovado

No tema Política Educacional, o que interessava à burocracia era a aprovação do PDE e ratificar a aprovação do FUNDEB do congresso anterior. Para atingir este objetivo, pretendia definir tudo em 20 minutos, onde se “discutiriam” não as emendas e sim a educação “com tudo o que ela envolve” (financiamento, planos dos governos etc.).

A Corrente Proletária, juntamente com a oposição, defendeu que o debate fosse o mais amplo possível e que todas as propostas aprovadas nos grupos pudessem ser discutidas no plenário. Diante da reação favorável dos delegados, a Articulação retirou sua proposta, para em seguida, abortar o debate com a delimitação do tempo da plenária. Prevaleceu o apoio ao governo Lula através da aprovação do PDE e do FUNDEB.

Plano de lutas aprovado não prevê luta

No tema Plano de Lutas, a Articulação Sindical propôs acordo para incorporação de várias emendas das correntes ASS e CSC, as quais não continham nada que se chocasse com sua proposta.

Mudanças no estatuto aprofundam o aparelhismo

A discussão quanto às mudanças estatutárias não avançou tanto quanto a burocracia pretendia, mas também não possibilitou a aprovação de nenhuma medida dos setores oposicionistas para ampliar a democracia operária no sindicato.

A Corrente Proletária propôs a redução da mensalidade para o valor de uma hora-aula; convocação da primeira Assembléia Geral do ano para março; Congresso Estadual anual e com delegados escolhidos diretamente pela base (nas escolas) e direito de manifestação e expressão nos materiais do sindicato (jornais, revistas etc). Somente uma foi apresentada no plenário.

A Articulação não conseguiu: a) criar mais 8 cargos na diretoria executiva (passando dos atuais 27 para 35); b) criar mais 6 cargos de Secretários de Organização (atualmente são 4), para diminuir o peso da capital e ampliar o do interior, onde se encontra sua base; c) criar a Secretaria de Finanças e Planejamento e d) colocar as próximas eleições sob o controle da Comissão Eleitoral Estadual, a qual “definirá em que condições ocorrerão as eleições.

Congresso da CNTE: Burocracia tenta limitar participação dos opositores

Os delegados da APEOESP para o congresso da CNTE foram eleitos no Congresso. A oposição em conjunto defendeu que não houvesse corte na eleição, que se utilizasse a proporcionalidade direta. A burocracia recusou e a saída para os oposicionistas foi montar uma grande chapa, uma unidade que tinha por base a defesa do direito democrático de todas as correntes poderem se expressar no congresso da CNTE. Surgiram duas chapas: a 1, da

burocracia, e a 2, dos setores de oposição.

Ao contrário do que a burocracia previa, na eleição com voto secreto, a chapa 2 obteve 42% dos votos (869). O que significou uma vitória diante das manobras.

Construir a fração revolucionária na APEOESP

Como em congressos anteriores, a unidade da oposição foi frágil e deu-se só no sentido de garantir a democracia interna. Quando da discussão do Regimento, os setores se uniram em torno de propostas que visavam derrubar os entraves causados pela burocracia (corte de 20% de votos, no mínimo, para as emendas; tempo reduzido para apresentação de propostas etc.). Quando da votação das emendas nos grupos, as correntes de oposição votavam nas propostas das outras em bloco, exceção feita àquilo que era extremamente contraditório às suas posições (para nós, por exemplo, a desfiliação da CUT e a defesa das cotas). Quando das votações das emendas no plenário, o mesmo procedimento era seguido. Essa ação conjunta momentânea, entretanto, não foi suficiente para barrar a aprovação das propostas da burocracia e, portanto, fortalecer a luta dos professores diante dos ataques atuais e dos vindouros.

A oposição precisa se organizar a partir do método e das reivindicações mais sentidas dos trabalhadores. Isso significa pautar-se pela democracia operária, com plenárias constantes, com amplo debate das idéias e aprovação de propostas. Deve ter por objetivo sua constituição, não como fato episódico, mas como uma fração revolucionária que atua unitariamente no combate à burocracia para varrê-la das direções do sindicato.

A fraqueza da oposição está em que o PSTU, que tem maioria, não tem como estratégia a derrota da burocracia por meio de um programa classista. Trata-se de uma corrente centrista e eleitoralista. Está empenha na divisão da CUT e na constituição da Conlutas e usa para isso os métodos burocráticos e estranhos à democracia operária.

Carta aos delegados ao Congresso

Sobre a divisão da CUT

Um dos pontos fundamentais deste Congresso trata da cisão da CUT. As teses da Oposição Alternativa (PSTU) e da Corrente Sindical Classista (PCdoB) expressam o rompimento com a Central. Outras teses vão no mesmo sentido com maior ou menor empenho, como a da FOS e do Coletivo da Apeoesp na Escola e na Luta (Intersindical). A tese do PSTU (14) propõe um “plebiscito” para decidir a desfiliação da CUT, mas não diz a que organização se filiar. A tese do PCdoB (7) advoga a constituição de uma “Central Sindical Classista e Democrática”, para isso pretende uma “Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat)”. A tese da FOS (6) defende a desfiliação, sem também dizer onde se filiar. A tese da Intersindical (15) diz que quer a unidade de todos os que lutam contra a degenerescência da CUT, “respeitando” tanto os que estão dentro quanto os que estão fora. A tese que defende a CUT pertence ao PT, representada pela direção da Apeoesp. Faz a defesa incondicional da política governista e burocrática da direção da Central. A nossa tese da Corrente Proletária (5) coloca-se contra a divisão da CUT e defende a constituição de uma fração revolucionária no interior dos sindicatos.

Diante desse quadro de divisão, é necessário responder às propostas que levam à cisão da CUT.

1. Sobre o plebiscito de desfiliação proposto pela tese da Oposição Alternativa (PSTU)

O congresso deve rejeitar pelo fato do plebiscito não corresponder aos métodos democráticos e organizativos da classe operária. É um recurso da democracia burguesa, que os trabalhadores podem usar excepcionalmente quando dirigido a luta contra a burguesia e seu Estado. Para se decidir sobre a divisão de uma Central, o plebiscito é um excrescimento, deve ser rechaçado. A decisão sobre desfiliação está ligada diretamente à divisão, levada a cabo pelo PSTU (Conlutas) e PCdoB (Central Sindical Classista e Democrática). Trata-se de uma irresponsabilidade política individualizar a decisão por meio de uma consulta plebiscitária. O movimento sindical tem historicamente como método coletivo as assembleias e os congressos. Não se pode lançar mão de métodos alheios (plebiscito) como forma de se livrar do controle da burocracia sobre as assembleias e congressos. A defesa da democracia operária é parte da luta pela derrubada da burocracia e pela independência organizativa da Central/sindicatos. O Congresso deve votar contra a forma de plebiscito por considerá-lo estranho à democracia operária. Se é para deci-

dir uma forma de resolver a divergência sobre a cisão (desfiliação), a tese da Corrente Proletária defende a assembleia.

2. Sobre a proposta do PCdoB de Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

A corrente estalinista (PCdoB) está empenhada em constituir uma nova Central sob seu comando, uma forma de fugir ao comando do PT que controla a CUT. Trata-se de uma divisão na cúpula burocrática da CUT. Todo o seu empenho está voltado a constituir um aparelho sindical próprio denominado de Central Sindical Classista e Democrática. A idéia de se organizar uma “mesa coordenadora permanente das Centrais” é uma máscara ao divisionismo e um instrumento de reorganização das direções burocráticas. O congresso deve rejeitar essas formulações do PCdoB por terem como conteúdo o divisionismo e o burocratismo aparelhista.

A que os delegados devem estar atentos

É importante compreender o quadro de divisão em torno das Centrais, as razões e as conseqüências para a organização dos explorados. Depois da fundação da CUT, outras organizações foram criadas – Força Sindical, CGT, SDS, CAT, UGT etc, todas elas influenciadas direta ou indiretamente pelos partidos burgueses, como PDT, PSB, PMDB e PSDB. Essa divisão se deve única e exclusivamente a interesses particulares da burocracia sindical e da intervenção da política burguesa no movimento operário.

A fragmentação se encontra nos sindicatos. O controle de um determinado número de sindicatos permite a constituição de uma fração da burocracia, que para se expressar politicamente perante o Estado e praticar a colaboração de classe necessita de uma Central própria.

A divisão da CUT pelo PSTU, PCdoB e parte do PSOL (Intersindical) vem agravar a dispersão e enfraquecer a luta pela unidade organizativa e política da classe operária. Tarefa que se opõe diametralmente à burocracia e o divisionismo aparelhista.

A Reforma Sindical alimentou os interesses das frações burocráticas. Nesse exato momento, a cúpula burocrática se empenha em manter o imposto sindical e se apropriar de uma maior fatia, permitindo que parte continue com o governo e com as confederações fantasmas. Esse é um ponto fundamental que o congresso deve se pronunciar.

A enorme divisão tem de ser denunciada pelo congresso e o princípio da unidade política e organizativa, de independência e

democracia operária devem ser defendido. É com essa posição que se pode combater a burocratização da CUT e sua estatização, que avançou sob o governo Lula, e combater a burocracia encastelada na Força Sindical e congêneres.

O congresso deve rejeitar o processo de reconhecimento das Centrais que legaliza a intervenção do Estado na vida sindical e que fomenta a burocracia com recursos milionários confiscados dos trabalhadores. A Central sindical tem a função de unificar nacionalmente as massas exploradas e funcionar como estado-maior da luta de classe. A burocracia não permite a existência de uma verdadeira Central. Por isso, divide-a em vários aparatos. Ao fazer isso, está trabalhando a serviço da burguesia e de seu Estado, que não aceitam uma Central única capaz de dirigir nacionalmente o movimento operário, camponês e popular.

A divisão da CUT pelo PCdoB é compreensível, porque o estalinismo é parte da burocracia. Mas a posição do PSTU é incompreensível porque se reivindica do marxismo e do trotskismo. Ao liderar mais uma divisão em nome de um pólo classista não faz senão reforçar a atomização do movimento operário e enfraquecer o combate à burocracia divisionista.

Por mais fechado que esteja o campo de atuação dos revolucionários nos sindicatos e na Central, não se deve partir para a divisão que não expresse a ruptura das massas com a burocracia. Não há essa ruptura. A burocracia tem o controle da situação. Abandonar o campo de luta no interior da CUT é dificultar o combate à burocracia e o seu divisionismo. O trabalho de uma fração revolucionária com um programa classista, no interior da CUT e de seus sindicatos, é a posição correta.

A tese da Corrente Proletária traz ao congresso as seguintes posições:

1. Rechaçar o divisionismo que campeia solto no movimento sindical;
2. Defender uma verdadeira Central única, classista e de luta de classes;
3. Derrocar a burocracia estatizante da CUT;
4. Lutar pela independência e democracia sindicais;
5. Rechaçar o reconhecimento estatizante das Centrais;
6. Pôr fim ao confisco dos assalariados na forma do imposto sindical e das taxas negociais;
7. Que as Centrais e os sindicatos sobrevivam com as contribuições dos trabalhadores;
8. Defender os métodos coletivos próprios da classe operária.

Fim da estabilidade

Desde que assumiu, Serra colocou-se como a ponta de lança para a aplicação da “avaliação-desempenho”, a mesma consta das Dez Metas que pretende implantar em 2008, para conceder reajuste ou bônus para os trabalhadores da educação que pertencem às escolas que cumprirem com suas determinações. Em 09 de novembro de 2007, este governo foi além: objetiva acabar com a estabilidade dos funcionários públicos concursados

Através do Decreto 52.344, o governador estabelece que todo ingressante Quadro do Magistério passará por um estágio probatório de 1095 dias de efetivo exercício, que resultará em permanência no cargo ou em exoneração do funcionário, mediante relatório de uma “Comissão de Avaliação Especial de Desempenho”, criada pela Secretaria de Educação.

Embora saibamos que o estágio probatório sempre tenha existido, agora servirá para a demissão dos que apresentem avaliação “insuficiente”. Os critérios que estabelecerão tal “suficiência” ou não serão: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, responsabilidade, comprometimento com a Administração Pública, eficiência e produtividade. Na prática, tais critérios se resumem no fim de qualquer tipo de faltas (mesmo as médicas), aceitação cega das diretrizes das direções de escola, diretorias de Ensino e da Secretaria de Educação, e melhoria nos resultados das avaliações externas aplicadas aos alunos (SARESP, Prova Brasil, etc.).

O decreto é mais um instrumento para reforçar a lei antigreve.

Serra aplica a Reforma Trabalhista

Com esse Decreto, Serra mostra como pretende aplicar o fim da estabilidade do funcionalismo público e como pretende, chegando à presidência, dar continuidade à Reforma Trabalhista, iniciada por Lula.

Dizemos isso porque tal Decreto alinha-se ao Projeto de Lei Complementar (PCL) 248/98, recentemente aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal. Ambos definem as regras para demissão de funcionário, cujo desempenho é considerado “insuficiente”.

De um lado, a Reforma Trabalhista prevê a destruição de direitos vinculados a CLT; de outro, pretende acabar com algumas garantias que o serviço público concedia aos trabalhadores (como a estabilidade).

“Fim de privilégios”

Apoiando-se em argumentos de que o funcionalismo público é “privilegiado”, os governos de todas as esferas buscam destruir os direitos trabalhistas.

As Reformas da Previdência de FHC e Lula solaparam as aposentadorias dos servidores; agora a Reforma Trabalhista abrirá o caminho para a demissão em massa de “maus funcionários”. Daí que se seguirá, ao atual Decreto de Serra, outros Decretos e Leis para demitir funcionários com muitos anos de serviço público. Ainda que o atual Decreto vise só aqueles em “estágio probatório”, os governos têm como meta aplicar a avaliação-desempenho a todos os trabalhadores, sobretudo, àqueles que estão às portas da aposentadoria e recebem os maiores salários, já que estes têm o acréscimo dos quinquênios e da sexta-parte.

O que os governos escondem é que pretendem diminuir gastos com a contratação de manutenção de funcionários e aumentar a exploração do trabalho para garantir maiores remessas de verbas para o capital financeiro internacional (a partir de dispositivos como superávit primário, lei de responsabilidade fiscal etc.), beneficiando também os capitalistas do país. Trabalhadores das empresas privadas e dos setores públicos são penalizados pela política pró-imperialista dos governos. Por trás de seu palavreado de melhoria dos serviços públicos, está a necessidade de diminuir os gastos com salários e “disciplinar” todos os funcionários, de modo que aceitem o aumento da exploração do trabalho.

Acerca do Decreto 52.344: Assiduidade, disciplina e produtividade são impossíveis

Imediatamente, o governo estadual almeja acabar com as faltas e licenças dos professores, aplicar de forma mais centralizada os projetos, ditos pedagógicos, da Secretaria da Educação e melhorar os índices de “aprendizagem” dos alunos da rede.

Afirmamos categoricamente: tais objetivos, ainda que impostos à força do chicote, não serão alcançados, pois a possibilidade de realizá-los não decorre da vontade dos educadores, mas das condições concretas em que o ensino ocorre no Brasil.

Sabemos, por exemplo, que os professores faltam porque estão estafados, mutilados por jornadas de trabalho cada vez maiores (em duas, três ou mais escolas). As faltas, mesmo as médicas, sempre implicam alguma perda salarial, no entanto, impossibilitados de suportar as doenças profissionais (problemas na voz, tendinite, bursite, depressão, alergia, estresse etc.), recorrem às licenças e atestados médicos. Recorrem para suportar ainda os vários anos de superexploração de trabalho a que serão submetidos até a aposentadoria. Sem que os salários alcancem um piso que responda às necessidades mínimas de suas famílias (isto é, um piso que seja expressão de um Salário Mínimo Vital, em torno, hoje, de R\$ 2500,00) e possam diminuir, assim, suas jornadas de trabalho, as doenças profissionais continuarão existindo e, no máximo, serão acobertadas aos olhos do governo, mas não aos olhos da escola que receberá professores cada vez mais adoecidos. Em vez de resolver, o governo agravará as causas de não “assiduidade” dos trabalhadores da educação. Caso tenha sucesso em sua empreitada, o terá sobre a mais brutal destruição física e mental desses trabalhadores.

Quanto à disciplina, esta se manifesta na aceitação passiva das diretrizes de diretores de escolas, supervisores, dirigentes regionais e secretária da Educação. O que já ocorre de forma desorganizada na rede, se ampliará: o autoritarismo das relações hierárquicas determinará a permanência ou não de professores nas escolas. Como já denunciávamos, aumentará a centralização e, com ela, a repressão sobre os “insubordinados”. Se hoje aqueles que contestam, já são perseguidos; com a aprovação desse e de outros Decretos que virão, os contestadores serão demitidos “a bem do serviço público”.

Sobre “a melhoria do ensino”, trata-se de discurso demagógico que oculta os reais problemas do ensino no estado e no país. O “fracasso escolar” não será revertido através de medidas administrativas, ele decorre de problemas sociais, como o desemprego que afeta famílias inteiras, a violência que assola as médias e grandes cidades, recaindo, principalmente, sobre a juventude, decorre também da separação do ensino com o trabalho, etc. Enfim, esse “fracasso” é produto de uma sociedade capitalista em decomposição que não pode mais desenvolver a educação e a cultura, pois estas estão em contradição com os interesses dos governos e dos capitalistas.

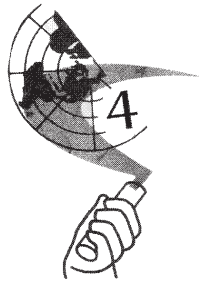
Resposta do trabalhadores aos Decretos

Esse Decreto prenuncia as demais medidas que abrirão o ano de 2008. Hoje, num estado; amanhã, em outro. Logo estão dadas as condições para, em nível federal, todo o projeto de fim dos direitos do funcionalismo público seja posto em prática. Os trabalhadores da educação, assim como aqueles da Saúde, Justiça, Cultura, Habitação, enfim todo o funcionalismo público deve se erguer na luta contra o Decreto de Serra.

É necessário organizar uma ampla campanha pelos sindicatos, nos locais de trabalho, para derrubar esse Decreto e impedir que novos sejam editados. A luta do funcionalismo público deve se aliar com as lutas dos trabalhadores das empresas privadas, e do operariado fabril, de maneira que o conjunto dos trabalhadores ponham a baixo a Reforma Trabalhista. Essa é a tarefa que se coloca para todos e sem a qual as condições de existência para os trabalhadores vão piorar cada vez mais.

Nesta edição:

- Crise no Paquistão



Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Crise no Paquistão

Os recentes acontecimentos no Paquistão expressam a debilidade do Estado, a profunda submissão ao imperialismo e os conflitos étnicos e religiosos. A miséria da maioria e o obscurantismo religioso são utilizados ora pelos governos de plantão, ora pela oposição.

O estopim da crise foi o massacre ordenado por Musharraf aos radicais islâmicos, que estavam na Mesquita Vermelha em Islamabad, e os atritos com a Suprema Corte, em função do afastamento do presidente Chaudhy. Os protestos dos juizes e advogados, a re-integração de Chaudhy e as pressões da Suprema Corte em torno da reeleição de Musharraf aumentaram a instabilidade política no país. O regime Musharraf respondeu com o “estado de emergência”.

Benazir Bhutto - primeira-ministra por duas vezes e deposta sob acusação de corrupção e outras mazelas - retornou ao Paquistão. O objetivo era ajudar Musharraf, constituindo um governo de coalizão. A passeata da chegada de Bhutto foi desfeita com um atentado e morte de centenas de manifestantes. Musharraf acusou os grupos terroristas e desfechou leis ditatoriais (fechou estações de TV, impediu manifestações, decretou prisão domiciliar a Benazir etc). Benazir denunciou como responsáveis pelo atentado setores governistas.

As manifestações anti-governamentais cresceram. Musharraf ampliou a repressão aos rebeldes, sob o argumento de que o país vive uma situação de terrorismo. Decretou as prisões domiciliares a ex-1ª ministra. Criticou a conduta de Benazir que dizia estar disposta a colaborar com o governo e, em seguida, iniciou o “confronto”. Tentou conter a avalanche de protestos com a promessa de realizar as eleições em janeiro de 2008.

A ex-1ª Ministra exigiu a renúncia do governo e convocou a unidade das oposições contra Musharraf. Dias antes, Benazir retornava ao país com a intenção de dividir o poder com Musharraf, como pretendiam os Estados Unidos. A potência norte-americana pretendia conter as manifestações de protestos contra o governo por meio de uma conciliação. As medidas tomadas pelo governo acirraram os ânimos e potenciou a Oposição, liderada por Benazir. O chamado de unidade das oposições, campanha de Benazir inclui Nawaz Sharif, deposto pelo golpe de Musharraf em 1999. Sharif foi acusado de corrupção, condenado à prisão perpétua, mas colocado no exílio na Arábia Saudita por ordem dos EUA. Lembremos: Sharif era inimigo político de Benazir e agora comparece como aliado para substituir a ditadura de Musharraf.

Por cima dos conflitos internos, os Estados Unidos procuram negociar uma “saída”. Apesar do apoio norte-americano, Musharraf se recusa entregar o comando do exército e de amenizar o “esta-

do de emergência”. Para Bush, tanto o governo quanto a oposição de Benazir são aliados. Ambos não se opõem ao intervencionismo militar dos EUA nessa região da Ásia.

Musharraf foi golpeado pelo movimento mulçumano que luta contra a intervenção dos EUA na região. A mortandade na Mesquita Vermelha acirrou a resistência anti-norte-americana. A reestruturação do Taleban no Afeganistão vem impossibilitando o controle do país pelo imperialismo. Os combates guerrilheiros e os atentados no Afeganistão, Iraque, Palestina e Líbano estão interligados. O Paquistão, sob a ditadura de Musharraf, faz parte desse amplo confronto. Os EUA usaram a ditadura para levar adiante sua política intervencionista. Agora, trabalham por evitar sua queda com as massas empobrecidas nas ruas.

Golpes e regimes ditatoriais

No período da 2ª Guerra Mundial, cresceram os movimentos nacionalistas de independência na Ásia. A Índia, que estava sob o controle da Inglaterra, pressionou por sua independência. A Liga Mulçumana questionava os favorecimentos econômicos dos hindus e pretendia a constituição do Paquistão. Os ingleses decidiram pela partilha do país. O novo Estado, de maioria mulçumana, ficou dividido em duas regiões: Paquistão Oriental e Ocidental. A parte oriental se separou formando Bangladesh (1971). Os conflitos armados entre a Índia e o Paquistão não cessaram. A disputa pela região da Caxemira provocou choques armados entre a Índia e o Paquistão.

A independência do Paquistão (1947) não permitiu a constituição de um Estado democrático burguês. A primeira Constituição surgiu quase dez anos depois e a história do país é de golpes militares, seguidos de sangrenta repressão aos movimentos. Somente em 1970 ocorreu a primeira eleição geral, disputada pela Liga Awami e pelo Partido do Povo do Paquistão (PPP). A Liga obteve a maioria dos votos, mas não assumiu o poder. Zulfikar Bhutto, liderança do PPP, assumiu o governo depois da renúncia do general golpista Yahya. Mais tarde, Bhutto foi derrubado por outro golpe militar e condenado à morte. Nas eleições de 1988, o PPP assumiu o governo por meio de Benazir Bhutto (1ª ministra). Em seguida (1990), Benazir foi deposta. Retornou ao poder em 1993. Benazir foi acusada de corrupção e destituída. O 1º ministro Sharif destituiu Pervez Musharraf do comando do exército. Musharraf deu um golpe e apossou-se do governo.

Como se vê, a história do Paquistão é de golpes militares. O PPP conseguiu apoio de parte das massas empobrecidas, com promessas de reformas, mas não pode consolidar a democracia bur-

guesa. As condições econômicas e a dependência do imperialismo fizeram do Paquistão um país semicolonial – submetido às potências e imerso em crises políticas constantes.

Domínio dos Estados Unidos

O Paquistão foi e é usado para atender os interesses a potência norte-americana. Por isso, atuou contra invasão soviética no Afeganistão (1990), apoiou a resistência afegã contra o regime soviético de Kabul, ajudou os EUA a entregarem armas aos anti-soviéticos e protegeu milhões de refugiados em seu território. Em 2001, os Estados Unidos usaram o Paquistão na luta pela derubada do regime Talibã e criação do governo pró-ianque. Quando os Estados Unidos iniciaram a Guerra no Golfo Pérsico contra o Iraque, o Paquistão apoiou os invasores imperialistas. A divulgação de projetos nucleares no Paquistão também causou pressões por parte da potência. A submissão do Paquistão permitiu que Bush suspendesse as sanções que foram criadas ao país após os primeiros testes nucleares (1998). Por sua vez, fez do Paquistão um lugar estratégico para combater o Irã, que desafia os EUA com a continuidade dos projetos nucleares. O apoio de Bush ao ditador Musharraf, apesar dos protestos organizados pelo PPP de Benazir, vem no sentido de manter o país como base para ações contra o Irã.

Os Estados Unidos procuram afastar o Paquistão dos países islâmicos. Por isso, enfrentam a resistência de setores da população, que não aceitam o intervencionismo bélico da potência nos países de maioria muçumana. O regime oligárquico militar vive a contradição de um país de origem islâmica mas servil aos interesses intervencionistas dos EUA, que em troca dão recursos financeiros. O Congresso norte-americano chegou ao ponto de aprovar uma lei que impede restrições de “ajuda econômica” aos países que estão em atraso com o pagamento da dívida externa para facilitar os alinhamentos pró-imperialistas - favoreceu o Paquistão.

A guerra no Paquistão é provocada pelo controle dos EUA sobre o país. Tem-se apresentado como um problema nacional de disputa entre as forças voltadas a modernizar o país e as forças retrógradas que querem preservar o tribalismo islâmico. Na verdade, o imperialismo se utiliza das divisões internas e arma uns contra os outros para exercer seu domínio.

Epicentro dos conflitos bélicos

O Oriente Médio é foco dos conflitos militares. A longa guerra dos EUA contra o Iraque, a invasão ao Afeganistão, as ameaças norte-americanas ao Irã, as revoltas dos curdos, a ofensiva sangrenta de Israel/EUA sobre a Palestina, os bombardeios israelenses no Líbano/Síria e as disputas entre a Índia e Paquistão pelo território da Caxemira marcam a situação convulsiva nessa parte da Ásia e expõem as tendências bélicas do imperialismo.

A desagregação do Império Otomano (1ª Guerra Mundial) trouxe a partilha da região e o controle pela Inglaterra. A 2ª Guerra levou a novas divisões, sob o comando dos Estados Unidos. A implantação do Estado de Israel em território palestino, a eliminação do território dos curdos - ocupado pela Turquia e Iraque - e a “independência formal” de alguns países, como Paquistão, foram conseqüências da divisão do pós-guerra. A região se tornou centro de novas guerras. Os Estados Unidos e a União Soviética disputaram o controle de alguns países, como o Afeganistão. O expansionismo das potências implicou o acirramento dos conflitos étnicos e religiosos, que foram ora colocados a serviço dos EUA, ora da burocracia russa.

Trata-se de uma região submetida e massacrada pelo expansio-

nismo militarista dos países mais poderosos. Por cima das fronteiras, predomina a ação bélica das potências e, no seu interior, a particularidade dos conflitos de nacionalidades e tribais (curdos, sunitas, xiitas, maronitas etc).

A 1ª Guerra Mundial permitiu ao imperialismo inglês e francês tomar posse de todo o Oriente Médio. A 2ª Guerra abriu caminho para os EUA aí se implantarem, impondo no centro da Palestina seu enclave militar (Israel). No pós-guerra, o imperialismo não pôde estabelecer equilíbrio entre as fronteiras que resultaram da nova partilha. Destacam-se as guerras dos árabes contra Israel e Iraque contra Irã. Desencadeiam-se uma multiplicidade de conflitos internos e guerras civis. É nesse quadro que se realizam alinhamentos pró-imperialistas e nacionalistas. A degenerescência burocrática da ex-União Soviética impossibilitou que as massas do Oriente Médio se organizassem sob o programa revolucionário de expulsão do imperialismo e destruição do capitalismo.

Hegemonia econômica, política e militar

Toneladas de bombas, invasões militares, imposição de governos títeres e genocídio de milhões são os meios usados pelos países imperialistas para manter o controle do pós-guerra. A supremacia militar dos Estados Unidos é total, mas não consegue impor a derrota e a ocupação definitiva do Iraque. A resistência dos grupos armados, que conta com o ódio antiimperialista do povo, tem crescido.

Trilhões de dólares têm sido gasto somente na última década para sustentar a intervenção e os interesses das multinacionais. Os EUA e seus aliados não podem abrir mão de seu domínio sobre a região petrolífera e estratégica para a política econômica internacional.

A resistência nacionalista e anti-imperialista põe obstáculo à necessidade do expansionismo norte-americano, que tem o Oriente Médio como uma região estratégica para sua política perante toda a Ásia. O crescimento econômico da China e da Índia e as tensões entre Coreia do Norte e Japão, China e Taiwan, Índia e Paquistão e interesses da Rússia no Irã e nos países de fronteira com o Mar Negro são problemas e contradições que não podem fugir do controle da maior potência.

Conclusões

Destacam-se na crise mundial as tendências bélicas do imperialismo, a ponto do governo Bush referir-se à possibilidade de uma 3ª Guerra Mundial. Em contraposição, as massas no Oriente Médio protagonizam combates ao imperialismo. Mas estão sob a direção do nacionalismo islâmico, carecem de uma direção revolucionária. Nos países imperialistas, a guerra contra o Iraque vem sendo denunciada e cresce entre as massas a reprovação aos governos.

O problema está em que a classe operária desorganizada e controlada pela política burguesa não pôde ainda liderar um movimento contrário às tendências bélicas do imperialismo e desenvolver o programa da revolução socialista. A luta de classes internacional vem se agudizando.

Trata-se de vanguarda potenciar o programa da revolução proletária trabalhando no seio das massas com as bandeiras anti-imperialistas e anti-capitalistas. Cabe aos revolucionários fazerem uma propaganda e agitação, ampla e sistemática, contra o intervencionismo bélico, apoiada nas reivindicações mais sentidas dos explorados.

As condições para a construir o partido são extremamente favoráveis. Essa tarefa depende da assimilação do programa da IV Internacional e da militância revolucionária.